

A Sua Excelência o Senhor
ERIC DE MELO SILVEIRA
Prefeito do Município de Piranhas/GO

RECOMENDAÇÃO Nº 8/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, apresentado pelo Promotor de Justiça subscrito, no uso das atribuições conferidas pelo art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/1993, e art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar 75/1993, combinado com o art. 80 da Lei 8.625/1993;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público expedir recomendações administrativas dirigidas aos órgãos e entidades do Poder Público, visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, consoante previsão contida no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO que o não-acatamento das Recomendações ministeriais poderá importar, se for o caso, em responsabilização por ato omissivo doloso do gestor público ou privado destinatário do ato;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do meio ambiente, adotando, para tanto, as medidas cabíveis para a correta aplicação da lei, nos termos do art. 127, caput e art. 129, inciso III, ambos da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a Carta Magna prevê em seu art. 225, caput que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, incumbiu ao Poder Público e à coletividade o dever de tutela ambiental, visando à manutenção de uma vida digna e saudável para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a proteção do meio ambiente, o combate à poluição em qualquer de suas formas e a preservação das florestas, da fauna e da flora, e que, no exercício dessa competência comum, os entes da federação devem promover a gestão de forma descentralizada, democrática e harmônica, conforme previsto no art. 23, incisos VI e VII da CF/88;

CONSIDERANDO que é atribuição do Município, nos termos do artigo 9º, da Lei Complementar nº 140/2011, executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e demais políticas nacionais e estaduais relacionadas à proteção do meio ambiente, bem como exercer a gestão dos recursos ambientais no âmbito de suas atribuições;

CONSIDERANDO a tramitação de inquérito civil público (201800044924) destinado a apurar a degradação ambiental ocorrida nas margens do Córrego Olaria, no Município de Piranhas/GO, em especial, a dispensação de entulho, esgoto e dejetos;

CONSIDERANDO que a área mencionada, em razão de sua localização, é considerada área de preservação permanente, nos termos do artigo 4º, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal);

RECOMENDA ao Município de Piranhas/GO, representado por seu Prefeito Municipal, Eric de Melo Silveira, que adote no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes providências:

- a) A identificação e notificação de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas que estejam promovendo a dispensação de lixo, entulhos ou qualquer outra forma de degradação ambiental das margens do Córrego Olaria, em toda sua extensão no Município de Piranhas/GO, a fim de que promovam a devida limpeza e restauração das

referidas áreas, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas ambientais;

- b) Caso o Município de Piranhas seja o responsável pela dispensação de dejetos, entulhos ou qualquer forma de degradação das margens do Córrego Olaria, que promova a imediata limpeza e restauração ambiental;
- c) A partir da presente Recomendação, que exerça, de forma contínua e ininterrupta, o **poder de polícia ambiental**, mediante ações de orientação, prevenção, fiscalização e sanção, de toda e qualquer forma de poluição ou degradação ambiental às margens do Córrego Olaria, neste Município.

Requisito que, após o prazo para cumprimento, informe a esta Promotoria de Justiça as providências adotadas;

O não-acatamento da presente Recomendação importará no manejo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de responsabilização pessoal.

Piranhas/GO, 5 de julho de 2017.



MARCELO BORGES AMARAL
PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO